



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



Processo nº: 3.652/06 (4 volumes e 3 anexos)

Jurisdicionada: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP

Assunto: Auditoria Operacional

Órgão Técnico: Secretaria de Auditoria – SEAUD

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 7, S.O. nº 5014, de 6.2.2018

Publicação: DODF nº 24, de 2.2.2018, pág. 46

Ementa: Exame do Edital de Concorrência nº 1/06 – ASCAL/PRES, tendo por objeto a contratação de empresa de engenharia para execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF.

Regularidade formal do edital e determinação para acompanhamento (Decisão nº 211/06-CSPM). Realização de inspeção.

Conhecimento do resultado e autorização para realização de auditoria nas obras referentes ao mencionado procedimento licitatório (Decisão nº 1.556/11-CSPM).

Constatação de algumas falhas pelo Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia. Apresentação de plano de trabalho. Aprovação (Decisão nº 3.635/12-CSPM).

Remessa da versão prévia do relatório aos jurisdicionados para manifestação (Decisão nº 2.077/13-CSPM). Apresentação de documentos.

Recomendação à Novacap para que utilize a norma do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT (31/2006-ES), conversão de achados em tomadas de contas especiais e audiência dos responsáveis (Decisão nº 6.327/16-CPM).

Instauração de tomadas de contas especiais (Processos nºs 130/17 e 148/17). Remessa de justificativas.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere a improcedência da resposta oferecida,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

a revelia dos responsáveis silentes e a aplicação de sanção pecuniária.

O Ministério Público opina pela audiência do Ordenador de Despesa, responsável pelo pagamento dos serviços.

VOTO de acordo com o Corpo Técnico, deixando para aplicar possível sanção após o deslinde dos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e, em razão da correlação dos fatos apurados e da conduta praticada (atesto de serviços).

Impedimento/Suspeição: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame do Edital de Concorrência nº 1/06 – ASCAL/PRES, do tipo menor preço – por lote, com regime de execução indireta – empreitada por preço unitário, com o fim de contratar empresa de engenharia para a execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF (fls. 2/56).

2. O Tribunal, por meio da Decisão nº 211/06-CSPM (fl. 153), tomou conhecimento do procedimento licitatório e autorizou o retorno do processo à (então) 3ª ICE para fins de acompanhamento.

3. Em decorrência da mencionada licitação, foram firmados os seguintes contratos:

- Contrato de Empreitada Obra Engª. D.U. ASJUR/PRES 551/07 (fls. 189/197) celebrado, em 15.10.2007, com a empresa Conterc – Construção, Terraplanagem e Consultoria Ltda., tendo por objeto a pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF (Lote 1), pelo valor de R\$ 4.977.766,07 (Cláusula Terceira), com o prazo de vigência de 210 dias (Cláusula Quarta).

- Contrato de Empreitada Obra Engª. D.U. ASJUR/PRES 552/07 (fls. 198/206) celebrado, em 17.10.2007, com a empresa Froylan Engenharia, Projetos e Comércio Ltda.,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

tendo por objeto a pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF (Lote 2), pelo valor de R\$ 3.575.299,74 (Cláusula Terceira), com o prazo de vigência de 210 dias (Cláusula Quarta).

4. Os ajustes tiveram seus prazos de vigência prorrogados por mais 120 dias corridos (Termos Aditivos vistos às fls. 207/208 e 209/210), sem ônus para jurisdicionada.

5. Na Sessão de 14.4.2011, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, proferiu a Decisão nº 1.556/11 (fl. 267), determinando a realização de auditoria nas referidas obras.

6. Os principais questionamentos foram os seguintes:

- Os contratos foram fielmente executados pelas partes?
- Quais as justificativas para os acréscimos contratuais de serviços, resultantes dos termos aditivos?
- Houve pagamentos por serviços não realizados?

7. A versão prévia do relatório (fls. 398/420) foi encaminhada à jurisdicionada para conhecimento e manifestação (Decisão nº 2.077/13-CSPM, de 9.5.2013, fl. 434).

8. Devidamente comunicada, a Novacap remeteu os seus esclarecimentos (Ofício nº 1202/2013-GAB/PRES, fl. 436 e anexo de fls. 437/485).

9. Os documentos enviados foram examinados pelo Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Nota Técnica nº 07/16-NFO, fls. 488/499) e pela 3ª Divisão de Auditoria – DIAUD3, que elaborou a versão final do relatório (fls. 507/548) e apontou os seguintes achados:

* **Achado 1** – Execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente;

* **Achado 2** – Não realização de serviços previstos no contrato;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1



- * **Achado 3** – Projeto básico deficiente;
- * **Achado 4** – Aditivos financeiros pactuados sem a devida justificativa técnica acompanhada de estudos prévios;
- * **Achado 5** – Pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados;
- * **Achado 6** – Pagamento por serviços não realizados;
- * **Achado 7** – Execução de serviços fora das especificações técnicas.

10. A Corte apreciou o trabalho na Sessão de 13.12.2016, ocasião em que exarou a Decisão nº 6.327/16-CPM (fls. 606/607), assim redigida:

DECISÃO Nº 6.327/16 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – recomendar à Novacap que utilize a norma do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT (31/2006-ES) que prevê tolerância de \pm 5% para variação entre a espessura de camada executada e a projetada de “Concreto Betuminoso Usinado a Quente” (CBUQ); II – autorizar: a) com fundamento no art. 269 do Regimento Interno do TCDF, a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 24 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face da irregularidade apontada no Achado 1 (execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente), ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II da Lei Complementar nº 1/94; b) com fulcro no art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, a conversão da matéria apontada no Achado 5 (pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados) em tomada de contas especial e, com fundamento no art. 13, inciso II da Lei Complementar nº 1/94, a citação dos responsáveis indicados na Tabela 25 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/94, ou, se preferirem, recolham o valor integral do débito (R\$ 94.390,98); c) com fulcro no art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, a conversão da matéria apontada no Achado 6 (pagamento por serviços não realizados) em tomada de contas especial e, com fundamento no art. 13, inciso II da Lei Complementar nº 1/94, a citação dos responsáveis indicados na Tabela 26 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa, ante a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/94, ou, se preferirem, recolham o valor integral do débito (R\$ 1.360.320,08, referente ao Contrato nº 551/07 e R\$ 2.422.755,46, referente ao Contrato nº 552/07); III – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, se ainda não o fez, que proceda à aferição, em processo administrativo específico, da idoneidade das sociedades empresárias contratadas, Conterc, Construção, Terraplenagem e Consultoria Ltda. e Froylan Engenharia Projetos e Comércio Ltda., com fulcro no que dispõe o art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, c/c Decreto nº 26.851/06; IV – dar ciência do Relatório de Auditoria de fls. 507/548, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Novacap e à Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, encaminhando, inclusive, os Papéis de Trabalho Elaborados VII e VIII; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para que adote as providências devidas.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD/DF Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei)

11. O Sr. Lúcio Oton de Lima apresentou as razões de justificativa de fls. 634/648. Os demais responsáveis, Srs. Jesus Nery de Castro, José Evandro Batista da Silva, Mário César Faustino Honório, Paulo Roberto Costa Santanna e Paulo Zanolini Facchini não se manifestaram.

12. Por fim, em atenção ao inciso I, alíneas “b” e “c”, do **decisum** foram autuadas as Tomadas de Contas Especiais objeto dos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e, respectivamente.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

13. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 37/2017 – SEAUD/3ª Divisão (fls. 664/672), de 25.8.2017, analisa a matéria, nos termos seguintes:

“3. Foram autuados os processos nº 130/2017-e e 148/2017-e para tratar dos Achados 5 e 6, respectivamente (itens II.b e II.c).

4. Nesta oportunidade examinaremos as razões de justificativa apresentadas quanto ao Achado 1 (item II.a).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

5. Conforme Relatório Final de Auditoria constante às fls. 507/548, e Tabelas de Responsabilização às fls. 506, após apreciação das considerações dos gestores da Jurisdicionada, apresenta-se o Achado 1 - execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente, considerando as seguintes evidências:

Itens faturados sem previsão contratual

LOTE 01			
Item	Discriminação	R\$ faturado	Obs.
4103	<u>rompimento</u> de tubo de concreto - diâmetro de 300 a 600 mm (fls. 74)	R\$ 1.347,67	Conforme se verifica no levantamento de quantitativos/valores previstos e executados/a executar, de março de 2008 (fls. 09 – Anexo I), este item foi retirado. Contudo, foi faturado na 5ª medição, de junho/09 (fls. 73 – Anexo I) e na 6ª medição, de outubro/2010 (fls. 95 – Anexo I).
4104	<u>rompimento</u> de tubo de concreto - diâmetro de 800 a 1500 mm (fls. 74)	R\$ 482,45	Conforme se verifica no levantamento de quantitativos/valores previstos e executados/a executar, de março de 2008 (fls. 09 – Anexo I), este item foi retirado. Contudo, foi faturado na 5ª medição, de junho/09 (fls. 73 – Anexo I).
4208	<u>fornecimento</u> de cascalho <u>laterítico</u> (fls. 75)	R\$ 104.734,22	Item não consta da proposta inicial (fls. 2/7 – Anexo I), nem do aditivo (fls. 8/10 – Anexo I). Contudo foi faturado na 3ª medição (fls. 73 – Anexo I).
4445	<u>execução</u> de caixa de passagem para tubo de concreto, diâmetro de até 0,60 m (fls. 81)	R\$ 3.456,42	Item não consta da proposta inicial (fls. 2/7 – Anexo I), nem do aditivo (fls. 8/10 – Anexo I). Contudo foi faturado na 5ª medição (fls. 75 – Anexo I).
4511	<u>transporte</u> manual de terra, com carrinho de mão, com distância de até 50,00 m (fls. 83).	R\$ 30.626,27	Item não consta da proposta inicial (fls. 2/7 – Anexo I), nem do aditivo (fls. 8/10 – Anexo I). Contudo foi faturado na 6ª medição (fls. 97 – Anexo I).
4514	<u>carga</u> , descarga e transporte, com distância de até 5,0 km de placas de concreto (fls. 83)	R\$ 72,43	Item não consta da proposta inicial (fls. 2/7 – Anexo I), nem do aditivo (fls. 8/10 – Anexo I). Contudo foi faturado na 5ª medição (fls. 75 – Anexo I).
5403	<u>emulsão</u> RR-2C (fls. 88).	R\$ 35.720,12	Item não consta da proposta inicial (fls. 2/7 – Anexo I), nem do aditivo (fls. 8/10 – Anexo I). Contudo foi faturado na 5ª medição (fls. 77 – Anexo I).
		R\$ 176.439,58	

Itens faturados com assinatura de aditivo após o faturamento

LOTE 01				
Item	Descrição	Medição	R\$ faturado	Data
4170	Compactação de aterro com grau mínimo de 95% <u>Proctor Normal</u>	1ª (fls. 26 – Anexo I)	R\$ 11.027,83	06/11/07
		2ª (fls. 35 – Anexo I)	R\$ 2.973,75	02/04/2008
		3ª (fls. 46 – Anexo I)	R\$ 12.725,76	16/06/2008
		4ª (fls. 61 – Anexo I)	R\$ 10.806,86	15/08/2008
			R\$ 37.534,20	

LOTE 02				
Item	Descrição	Medição	R\$ faturado	Data
4170	Compactação de aterro com grau mínimo de 95% Proctor Normal	1ª (fls. 27 – Anexo II)	R\$ 8.283,93	05/03/2008
		2ª (fls. 36 – Anexo II)	R\$ 9.418,82	09/05/2008
		3ª (fls. 47 – Anexo II)	R\$ 32.546,55	07/07/2008
		4ª (fls. 61 – Anexo II)	R\$ 4.611,60	16/10/2008
5403	Emulsão RR-2C	5ª (fls. 79 – Anexo II)	R\$ 6.039,32	03/12/2008
			R\$ 60.900,22	

Prestação de serviços em quantidade superior à contratada – LOTE 1

LOTE 01			
Item	Descrição do Serviço	% executado além do contratado ¹	Medição (Anexo I)
4155	Escavação de material de 1ª categoria e de solos de jazidas	28,37%	5ª e 6ª
4170	Compactação de aterro com grau mínimo de 95% Proctor Normal	55,96%	4ª
4219	Imprimação	113,39%	5ª

¹ PT VI – fls. 356.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

Prestação de serviços em quantidade superior à contratada – LOTE 2

LOTE 02			
Item	Descrição do Serviço	% executado além do contratado ²	Medição (Anexo II)
4170	Compactação de aterro com grau mínimo de 95% Proctor Normal	57,54%	3ª e 4ª
4210	Sub-base ou base de solo estabilizado granulometricamente	29,89%	4ª e 5ª
5402	Cimento asfáltico de petróleo - CAP 50/70	18,43%	7ª

6. Em atendimento ao item II.a da Decisão 6.327/2016, os responsáveis a seguir relacionados foram chamados em audiência para apresentação das Razões de Justificativa:

Irregularidade 1 – Contrato nº 551/07

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente no Contrato nº 551/07. Descumprimento de diversos dispositivos da Lei nº 8.666/93, como: execução fiel do contrato - arts. 60, 65 e 66.	4ª, 5ª e 6ª Medições.	Não aplicável.

Responsáveis pela Irregularidade 1 – Contrato nº 551/07

Responsável ³	Cargo	Período de ocorrência	Conduta	Nexo causal	Prejuízo imputado
Jesus Nery de Castro	Chefe da SEFISO/DIOB/D EINFRA/DU	4ª Medição.	Ação culposa nas modalidades de negligência e imprudência ao realizar atestado e pagamento de serviços sem cobertura contratual.	Atesto nas medições é requisito para o pagamento dos serviços.	Não aplicável.
Paulo Roberto C. Santanna	Chefe da SEFISO/DIOB/D EINFRA/DU	5ª Medição.			
Mário César Honório Faustino	Chefe da SEFISO/DIOB/D EINFRA/DU	6ª Medição.			
Paulo Zanolini Facchini	Fiscal	4ª, 5ª e 6ª Medições.			
Jose Evandro Batista da Silva	Executor do contrato - Sec. de Obras	4ª e 5ª Medições.			

Irregularidade 2 – Contrato nº 552/07

Descrição da irregularidade	Período de ocorrência	Prejuízo
Execução de serviços previstos de forma insuficiente no Contrato nº 552/07. Descumprimento de diversos dispositivos da lei nº 8.666/93, como: execução fiel do contrato - arts. 60, 65 e 66.	3ª, 4ª, 5ª e 7ª Medições.	Não aplicável.

Responsáveis pela Irregularidade 2 – Contrato nº 552/07² PT VI – fls. 357.³ Folhas: Processo – 500/501;
Anexo 1: 61 a 63, 73 a 77 e 95 a 99.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

Responsável ⁴	Cargo	Período no Cargo	Conduta	Nexo causal	Prejuízo imputado
Jesus Nery de Castro	Chefe da SEFISO/DIOB/DEINFRA/DU	3ª e 4ª Medições.	Ação culposa nas modalidades de negligência e imprudência ao realizar atesto e pagamento dos serviços sem cobertura contratual.	Atesto nas medições é requisito para o pagamento dos serviços.	Não aplicável.
Paulo Roberto C. Santana	Chefe da SEFISO/DIOB/DEINFRA/DU	5ª e 7ª Medições.			
Paulo Zanolini Facchini	Fiscal	3ª, 4ª, 5ª e 7ª Medições.			
Lúcio Oton de Lima	Executor do contrato - Sec. de Obras	3ª, 4ª, 5ª e 7ª Medições.			

Manifestação dos Responsáveis

7. Regularmente comunicados os responsáveis (fls. 601/615), apenas o Sr. Lúcio Oton de Lima apresentou suas alegações.

8. O Sr. Lúcio foi chamado aos autos em virtude dos Achados 1 e 6, mas tendo em conta que as justificativas para o Achado 6 serão tratadas em sede de TCE, no Processo nº 148/2017-e, passa-se à análise das argumentações apresentadas acerca do Achado 1 (fls.634/648).

9. Ressalte-se que cópia da defesa do interessado (e-Doc 1F9B17A6) foi juntada ao mencionado processo (fls. 663).

10. Após um histórico do processo, o justificante assim se manifestou quanto ao Achado 1:

Defesa: como aqui já se viu, não é possível responsabilizar-se o executor do contrato pelo pagamento de serviços sem cobertura contratual, pois não lhe compete tal formalização, além do que são serviços que foram prestados, o que, sob pena de locupletamento ilícito e até falsidade ideológica, não podem deixar de ser atestados e pagos. No mais, quanto aqueles pagos em quantidade superior à contratada, dos três itens, dois, de pronto, foram considerados irrelevantes, mas, mesmo assim, o último foi prestado e não poderia deixar de ser atestado. É o próprio Corpo Técnico do TCDF que reconhece que à falta de um projeto básico e em face do dinamismo de uma obra, é comum e necessário, até por dever e responsabilidade, a realização de serviços extras.

(...)

*Corroborando o que se afirma, vê-se que foi a Novacap que solicitou, por intermédio da **Diretoria de Urbanização**, às fls. 272/273 (cópias anexas) do Processo 030.001.305/06: “promover aditivo financeiro ao contrato número 552/07, com a firma FROYLAN - ENGENHARIA, PROJETOS E*

⁴ Folhas: Processo – 500/501;

Anexo 2: 47 a 48, 61 a 65, 78 a 79 e 104 a 106.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

COMÉRCIO LTDA., no valor de R\$ 891.073,62 (oitocentos e noventa e um mil, setenta e três reais e sessenta e dois centavos)”...;

(...)

Nas folhas 272/273 acima referidas (Processo 030.001.305/2006), consta **justificativa para acréscimos de quantitativos físico e financeiro.**

(...)

Assim, demonstrado está que todos os cuidados e rigores legais foram observados e o executor não teria qualquer atribuição para interferir nessa fase, ou seja:

- O levantamento dos quantitativos, quando para o Edital de Licitação (Edital de Concorrência no. 001/2006-ASCAL/PRES/NOVACAP), é feito através de **estimativas baseadas num projeto básico.** Mas, durante a execução estes valores podem ser alterados. No caso em questão, foi isso o que ocorreu, havendo a necessidade de aditivo contratual, tendo em vista a realidade do projeto executivo, que se mostrou distinta do longínquo projeto básico. É certo, ainda, que, quando da constatação das diferenças de quantitativos apresentados, **as empresas detentoras dos contratos se comprometeram à conclusão total dos serviços,** caso o aditivo fosse aprovado (documento às fls. 271 do Processo 030.001.305/2006, cópia em anexo). Consequentemente, firmaram este compromisso expresso, como visto.

(...)

Assim, todo o procedimento de licitação é de responsabilidade da Novacap, cujo Edital para Concorrência número 001/2006 - ASCAL/PRES/NOVACAP leva o timbre da Companhia, sendo assinado por Engenheiro Assessor de Cadastro e Licitação da NOVACAP, QUE NÃO É O JUSTIFICANTE, objetivando "contratação de empresa de engenharia, para execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento, no trecho 17 do SIA-DF" (fls. 52 a 77 do Processo 030.001.492/2005).

(...)

O mesmo contrato estipula que a Novacap, através da Diretoria de Urbanização, designará fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução da obra, **CABENDO-LHE CUMPRIR O DISPOSTO NO EDITAL DE CONCORRÊNCIA número 001/2006-ASCAL/PRES/NOVACAP.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

Assim, foi expedida a Instrução de Serviço 095/07-DU, designando-se Engenheiro da NOVACAP para ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA CONCORRÊNCIA 001/2006-ASCAL/PRES (OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS FIOS, PASSEIOS E ESTACIONAMENTO NO TRECHO 17 DO SIA-DF, Lote 02). **VEJA-SE QUE O JUSTIFICANTE NÃO FOI DESIGNADO FISCAL DESSE CONTRATO (552/07 NOVACAP-FROYLAN).**

Claramente, observa-se que é a Novacap que encaminha Projeto Básico e Plano de Trabalho, referente à execução do LOTE 01- Pavimentação asfáltica, meios fios, passeios, estacionamento e drenagem pluvial no trecho 17 do SIA e LOTE 02 - Pavimentação asfáltica, meios fios, passeios, estacionamento no trecho 17 do SIA-DF, (fis. 05 a 39) Processo 030.001.305/2006, por meio da Diretoria de Urbanização da Novacap (vide, também Processo 030.001.492/2005).

A Secretaria de Obras apenas vai entrar no momento em que celebra diretamente com a Novacap o Contrato de execução de obras 108/07, em anexo, cujo objeto (**Cláusula Terceira**) determina que **cabe à CONTRATADA (leia-se, NOVACAP) a execução de obras de pavimentação asfáltica, estacionamento, meios-fios, passeios e drenagem pluvial - Lote 01. e a execução de obras de pavimentação asfáltica, estacionamento, meios fios e passeios - LOTE 02; no trecho 17 do SIA-DF. Por seu turno, a Novacap é a responsável, em todas as suas fases, pela execução das obras a serem contratadas (Cláusula Quarta. 4.2), cabendo à Secretaria de Obras apenas a emissão de notas de empenho e providências quanto ao pagamento. O valor do contrato para o LOTE 02 é de R\$ 3.575.299.74.**

(...)

Roga-se, portanto, que essa Corte isente de responsabilidade o executor, apelando, ainda, para a eficiência processual, que não seria alcançada com a punição desse dependente.

Análise do Corpo Técnico

11. Convém lembrar que, em obediência ao § único do art. 60 da Lei 8.666/1993, quaisquer acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações, repactuações, além de outras modificações admitidas em lei devem, obrigatoriamente, ser promovidas por meio de aditivo contratual, o que não ocorreu no caso em tela.

“Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento."

12. No caso em epígrafe, a partir da comparação entre os itens originalmente contratados e os constantes das medições, ficou evidenciado que alguns serviços foram executados antes da formalização dos correspondentes aditivos e outros sem nenhuma previsão contratual.

13. Ainda, a prestação de serviços em quantidade superior à contratada pode se fazer necessária ao longo da execução da obra. Justamente para atender tais necessidades que o legislador previu o instrumento do termo aditivo, porém, sua utilização deve ser devidamente justificada e obedecer às mesmas formalidades exigidas por ocasião do contrato original.

14. Em que pese as deficiências do Projeto Básico, as alterações ou complementações contratuais devem, por força de lei, serem realizadas mediante termo aditivo, instrumento necessário para dar cobertura aos serviços que vierem a ser realizados, o que, no caso em análise, ocorreu em fase posterior à execução.

15. No que tange à responsabilidade do executor, o Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro 2010, que aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em seu artigo 41, estabelece que:

Art. 41. Nos contratos para execução de obras e prestação de serviços designar-se-á, de forma expressa:

(...)

II – o executor ou executores, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, bem como apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante.

§ 1º A supervisão técnica de contratos de obras será de competência do órgão contratante.

(...)

§ 3º O executor de que trata o inciso II deste artigo representará a Administração na fiscalização e acompanhamento do contrato, devendo tal indicação recair



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

sobre agente público ou comissão especialmente designados para tal atividade, que possuam qualificação técnica condizente com a complexidade e especificidade do objeto contratado.

§ 5º É da **competência e responsabilidade do executor:**

I – verificar se o cronograma físico-financeiro das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com a respectiva Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

II – prestar, ao ordenador de despesa, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;

III – dar ciência ao órgão ou entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;

b) alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;

(...)

§ 7º A supervisão técnica de que trata este artigo consiste no acompanhamento das obras e serviços de engenharia, com o objetivo de assegurar a fiel execução do projeto. (grifo nosso)

16. Ante o exposto, é de competência e responsabilidade do executor, além de conferir se o cronograma físico-financeiro das obras e serviços se desenvolvem adequadamente, informar ao contratante as alterações necessárias ao projeto e seu custo, o que culminará na solicitação da confecção de termo aditivo, com as devidas justificativas.

17. De fato, a formalização do contrato se daria pela Diretoria da Novacap. Todavia, o executor do contrato, que deveria acompanhar a execução da obra e suas intercorrências, é o responsável pela solicitação formal de termo aditivo ao contrato, antes de autorizar a execução e o referido pagamento dos serviços previstos insuficientemente no contrato.

18. Dessa feita, não são procedentes as alegações ofertadas, aplicando-se, por conseguinte, a sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94, pela execução de serviços previstos de forma insuficiente em contrato sem o respaldo do devido Termo Aditivo, contrariando o art. 60 da Lei nº 8.666/93.

19. Os Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto C. Santana, Mário César Honório Faustino, Paulo Zanolini Facchini e José



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

Evandro Batista da Silva não apresentaram suas razões de justificativa e devem ser considerados revéis, aplicando-lhes, por conseguinte, a sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94, pela execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente sem a formalização de Termo Aditivo, contrariando o art. 60 da Lei nº 8.666/93.”

14. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento das Justificativas apresentadas pelos Sr. Lúcio Oton de Lima (fls.634/648), considerando-as improcedentes aplicando, por conseguinte, a sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94, pelo atesto e pagamento de serviços sem cobertura contratual e sem a formalização de Termo Aditivo, contrariando os arts. 60, 65 e 66 da Lei nº 8.666/93;

II. considerar revéis os Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto C. Santana, Mário César Honório Faustino, Paulo Zanolini Facchini e José Evandro Batista da Silva, aplicando, por conseguinte, a sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar nº 01/94, pelo atesto e pagamento de serviços sem cobertura contratual e sem a formalização de Termo Aditivo, contrariando os arts. 60, 65 e 66 da Lei nº 8.666/93;

III. autorizar o retorno dos autos a Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

15. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 1.086/17-DA (fls. 674/684), de 28.11.2017, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, diverge da proposta da Unidade Instrutória. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

“10. Os autos vêm ao exame do Parquet especializado a teor do Despacho Singular n.º 490/2017, da lavra do Conselheiro Paiva Martins.

*11. O Ministério Público de Contas, no mérito, está apenas **parcialmente** de acordo com a Instrução. De fato, são **improcedentes** os argumentos apresentados pelo executor do contrato no que toca à responsabilidade pela omissão na fiscalização contratual e atestes indevidos.*

12. De fato, nos termos do art. 67, parágrafo único, da Lei n.º



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

*8.666/1993¹⁰ c/c art. 13¹¹ do Decreto n.º 16.098/1994¹² e art. 5º da Portaria/SGA n.º 29/2004¹³, vigentes à época, incumbia ao executor do contrato o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução contratual, nos exatos termos pactuados, além do registro tempestivo das ocorrências que destoassem do Termo, sendo certo que as decisões e providências que ultrapassassem sua competência **deveriam ter sido informadas e solicitadas a seus superiores para adoção das medidas pertinentes**; não lhe cabendo autorizar a realização de serviços, tampouco consentir com sua execução fora dos parâmetros formais avençados em qualidade ou quantidade pela Administração.*

¹⁰ Art. 67. A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração **anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização** das faltas ou defeitos observados.

§ 2º **As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.**

¹¹ Art. 13. Para todos os ajustes, designar-se-á, de forma expressa:

[...]

II - o executor, a quem caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, que deverá apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante;

III - a supervisão técnica, que, na hipótese de contratos ou convênios de obras, será de exclusiva competência do órgão próprio da Secretaria de Obras, ressalvada aquela a cargo das Administrações Regionais ou de entidades da Administração.

[...]

§ 3º É da competência e responsabilidade do executor:

I - verificar se o custo e o andamento das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

II - prestar à unidade setorial de Orçamento e Finanças, ou órgão equivalente, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;

III - dar ciência, ao órgão ou entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;

b) alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo previsto;

IV - atestar a conclusão das etapas ajustadas;

V - verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados;

VI - remeter, até o quinto dia do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante e ao órgão responsável pela supervisão técnica;

VII - receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica.

¹² A Instrução cita equivocadamente o Decreto n.º 32.598/2010 que não era vigente à época dos fatos inquinados.

¹³ Art. 5º Caberá diretamente ao executor do contrato:

I - **supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, apresentando relatórios circunstanciados ao término de cada etapa ou quando solicitado pelo contratante;**

II - **solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;**

III - **verificar se o custo e o andamento das obras, serviços ou aquisições de materiais estão obedecendo as especificações do Edital de Licitação, e se estão se desenvolvendo de acordo com o cronograma físico-financeiro;**

IV - **atestar os valores e a conclusão de cada etapa do ajuste contratual**, nos documentos de cobrança habilitados pela legislação pertinente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados de seu recebimento;

V - remeter, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação do objeto contratual, **o relatório de acompanhamento da execução do contrato à chefia imediata, que adotará as medidas cabíveis;**

VI - **documentar as ocorrências havidas e a frequência dos empregados, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da contratada;**

VII - **fiscalizar o cumprimento das obrigações**, encargos sociais e trabalhistas pela contratada, compatível com os registros previstos no inciso anterior, no que se refere à execução do contrato;

VIII - **emitir parecer em todos os atos da Administração relativo à execução do contrato, em especial, no que tange à aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;**

IX - é vedado à Administração e seu representante, exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados;

Parágrafo Único - O executor de contrato, em caso de não cumprimento de qualquer das competências estabelecidas nesta Portaria, estará sujeito as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 197/1991.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

13. Não o fez o Justificante, assumindo, portanto, o risco de realizar atestes de execuções alicerçadas em contratações meramente verbais fora dos critérios dos Contratos nºs 551/2007 e 552/2007; portanto ilegais e nulas, nos termos do art. 60, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e art. 63, §2º, da Lei n.º 4.320/1964¹⁴.

14. Nesse sentido, calha trazer à baila excerto do Voto da Min. Ana Arraes no Acórdão n.º 864/2013 – TCU – Plenário:

No presente caso, verificou-se a prática de ato com grave infração à norma legal, como acima apontado, suficiente para, nos termos do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, aplicar multa aos recorrentes. Não se discute se o serviço foi prestado ou não, mas, sim, a ausência de amparo contratual para o serviço ser demandado e pago. (Destaquei).

15. Desse modo, embora o Achado não evidencie a constatação de danos ao erário, o consentimento informal de execução de obra sem suporte contratual, dando azo a ateste indevido que lastreou a realização de despesas maculadas por idêntica pecha; com consequente pagamento de serviços sem cobertura contratual, ofende a Lei de Licitações, as normas de execução orçamentária e financeira e os princípios da Administração Pública. Nesse sentido, constitui falha grave a ensejar a aplicação da sanção pecuniária de que trata o art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994.

16. O mesmo em relação aos demais responsáveis revéis, porquanto incumbidos organicamente da fiscalização dos contratos em tela e notificados pela Corte em razão do atesto das medições que implicaram o pagamento sem cobertura contratual. Assim, sofrendo os efeitos da revelia, a toda evidência, omissos no desempenho de suas competências institucionais.

17. A despeito dessa inarredável conclusão, no entendimento do Ministério Público de Contas, remanesce a responsabilidade da autoridade ordenadora da NOVACAP que **autorizou o pagamento das despesas**¹⁵ à margem da regular liquidação, porquanto a ela, sem dúvidas, incumbia conhecer os limites quantitativos e temporais do Termo e exercer a supervisão e o controle sobre a

¹⁴ Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

[...]

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

¹⁵ Decreto n.º 16.098/1994

Art. 39. Da competência para administrar créditos, observadas as disposições legais, decorrem as atribuições de:

I - determinar ou dispensar a realização de licitação;

II - autorizar a realização de despesa e determinar a emissão de Nota de Empenho;

[...]

IV - autorizar pagamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

legalidade do ajuste e a regularidade do objeto.

18. Assim, o Ministério Público de Contas entende que assiste razão ao Justificante quanto à impossibilidade responsabilizá-lo pelo **pagamento** de serviços sem cobertura contratual, conforme audiência autorizada a teor da Decisão n.º 6.327/2016, que referenciando o Achado 1, reporta a prática de conduta culposa nas modalidades de negligência e imprudência ao realizar [...] **pagamento de serviços sem cobertura contratual** (Tabela 11, acima reproduzida).

19. O aludido encargo, definitivamente, não competia ao executor nomeado, mas à **autoridade ordenadora de despesas** no âmbito entidade auditada que, independentemente da omissão imputada ao servidor executor – conhecendo o objeto contratual, o Termo e os limites estabelecidos nas normas de esteio – **autorizou a realização de pagamentos sem cobertura contratual** e, portanto, fora do balizamento avençado pela Administração, em flagrante descumprimento dos artigos 60, 65 e 66 da Lei n.º 8.666/1993; o que, no mesmo sentido, enseja a aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994.

20. Em face do exposto, **parcialmente** de acordo com a Instrução, o Parquet especializado, observando que a referida autoridade não integra a relação processual, **chama o feito à ordem** e sugere à Corte autorizar a notificação da autoridade ordenadora de despesas no âmbito da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para que apresente razões de justificativa em face da possibilidade de ser sancionada a teor art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994, por ter **autorizado pagamentos de serviços sem cobertura contratual**, conforme Achado 1 do Relatório de Auditoria sob exame (768AF12D) (Tabelas 6 a 11).”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

VOTO

16. Nesta fase, analisam-se as justificativas apresentadas pelos responsáveis pelos Contratos de Empreitada Obra Eng^a. D.U. ASJUR/PRES **551/07**¹ (fls. 189/197) e **552/07**² (fls. 198/206), celebrados pela Novacap em face das irregularidades encontradas em auditoria realizada na jurisdição, em atenção aos termos do inciso II, alínea “a”, da Decisão nº 6.327/16-CPM (fls. 606/607), **in verbis**:

DECISÃO Nº 6.327/16 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu [...] II – autorizar: a) com fundamento no art. 269 do Regimento Interno do TCDF, a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 24 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face da irregularidade apontada no Achado 1 (execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente), ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II da Lei Complementar nº 1/94; [...]”

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei)

17. Devidamente comunicados do **decisum**, apenas o Sr. Lúcio Oton de Lima se manifestou.

18. Os Pareceres convergem pela improcedência da resposta oferecida no que tange às seguintes falhas observadas no Contrato nº 552/07 (Lote 2):

¹ Contrato de Empreitada Obra Eng^a. D.U. ASJUR/PRES **551/07** (fls. 189/197) celebrado, em 15.10.2007, com a empresa Conterc – Construção, Terraplanagem e Consultoria Ltda., tendo por objeto a pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF (Lote 1), pelo valor de R\$ 4.977.766,07, com o prazo de vigência de 210 dias

² Contrato de Empreitada Obra Eng^a. D.U. ASJUR/PRES **552/07** (fls. 198/206) celebrado, em 17.10.2007, com a empresa Froylan Engenharia, Projetos e Comércio Ltda., tendo por objeto a pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF (Lote 2), pelo valor de R\$ 3.575.299,74, com o prazo de vigência de 210 dias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

- Atesto de serviços não previstos, posteriormente incluídos em aditivo contratual:

LOTE 02				
Item	Descrição	Medição	R\$ faturado	Data
4170	Compactação de aterro com grau mínimo de 95% Proctor Normal	1ª (fls. 27 – Anexo II)	R\$ 8.283,93	05/03/2008
		2ª (fls. 36 – Anexo II)	R\$ 9.418,82	09/05/2008
		3ª (fls. 47 – Anexo II)	R\$ 32.546,55	07/07/2008
		4ª (fls. 61 – Anexo II)	R\$ 4.611,60	16/10/2008
5403	Emulsão RR-2C	5ª (fls. 79 – Anexo II)	R\$ 6.039,32	03/12/2008
			R\$ 60.900,22	

- Atesto de serviços em quantidade superior à contratada:

Prestação de serviços em quantidade superior à contratada – LOTE 2			
LOTE 02			
Item	Descrição do Serviço	% executado além do contratado ²	Medição (Anexo II)
4170	Compactação de aterro com grau mínimo de 95% Proctor Normal	57,54%	3ª e 4ª
4210	Sub-base ou base de solo estabilizado granulometricamente	29,89%	4ª e 5ª
5402	Cimento asfáltico de petróleo - CAP 50/70	18,43%	7ª

19. Em acréscimo, o douto **Parquet** requer a audiência do então Ordenador de Despesa, em face da realização do pagamento de serviços prestados sem cobertura contratual.

20. Passa-se à apreciação da matéria.

21. Inicialmente, frisa-se que os contratos firmados derivaram do **Contrato nº 108/2007-SO**³, celebrado entre a jurisdicionada e a então Secretaria de Estado de Obras (fls. 70/77 do anexo I). Nessa seara, deveria haver fiscalização dos serviços tanto no âmbito da Novacap, por meio de **fiscal**⁴ de contrato, quanto no âmbito da Secretaria, por meio de **executor** designado (cláusula 16^{a5} do ajuste).

22. Portanto, além do exame exercido pela Novacap, competia⁶

³ “Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto, a cargo da Contratada, a execução de obras de pavimentação asfáltica, estacionamento, meios-fios, passeios e drenagem pluvial – Lote 01; e a execução de obras de pavimentação asfáltica, estacionamento, meios-fios e passeios – Lote 02; no trecho 17 do SIA-DF.”

⁴ Consoante a seguinte cláusula presente nos Contratos nºs 551/07 e 552/07 (fls. 196 e 205):

“Cláusula Décima Primeira – Da Execução e do Acompanhamento

A Novacap, através da **Diretoria de Urbanização**, designará **fiscal** para **acompanhar e fiscalizar a execução da obra**, cabendo-lhe cumprir o disposto no Edital de Concorrência nº 001/2006 – ASCAL/PRES, seus anexos e proposta da CONTRATADA.”

⁵ “O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras, **designará um Executor** para o Contrato, que **desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil**.”

⁶ Decreto nº 16.098, de 29.11.1994 (vigente à época dos atestos):

Art. 13. Para todos os ajustes, designar-se-á, de forma expressa: [...]

II - o **executor**, a quem caberá **supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução**, que deverá apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

ao Sr. Lúcio Oton de Lima, como executor designado pela Secretaria de Estado de Obras para o Contrato nº **552/07** (Lote 02), a supervisão, fiscalização e o acompanhamento da regular execução do ajuste.

23. Em virtude desta atribuição, seria razoável que o justificante, confrontado com a necessidade de atestar serviços não previstos em contrato ou em quantitativos superiores aos contratados, informasse o fato às instâncias competentes para adoção das medidas legais pertinentes, o que não restou evidenciado. Logo, sua resposta não merece prosperar.

24. Com relação aos demais responsáveis, Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santanna, Mário César Faustino Honório (Chefes da SEFISO/DIOB/DEINFRA/DU da NOVACAP), José Evandro Batista da Silva (executor do Contrato nº 551/07) e Paulo Zanolini Facchini (fiscal dos Contratos nºs 551/07 e 552/07), apesar de comunicados (fls. 610/615), não se manifestaram, configurando revelia (art. 13, § 3º da LC nº 1/94).

25. No tocante à sugestão de aplicação de penalidade, o momento não se mostra pertinente, pois sobre parte dos serviços atestados também sopesam indícios de prejuízo, apurados nos achados 5 (pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados) e 6 (pagamento por serviços não realizados), objeto das TCEs tratadas nos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e, respectivamente.

26. No bojo destes últimos processos, a Corte autorizou citação para fins de apresentação de alegações de defesa, consoante Matriz de Responsabilização de fl. 506 e Decisão nº 6.327/16-CPM.

27. Assim, a sanção deverá ser fixada após o deslinde daquelas contas especiais, quando não restará dúvida quanto à gravidade dos reflexos da conduta dos agentes (atesto de serviços). Ademais, em um cenário em que os prejuízos sejam confirmados e este e. Plenário decida por imputá-los unicamente às contratadas, restaria inviabilizada a aplicação de nova multa, em face do princípio do **non bis in idem**.

§ 3º É da competência e responsabilidade do **executor**:

I - **verificar** se o **custo** e o **andamento das obras e serviços** ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho; [...]

III - **dar ciência**, ao órgão ou entidade contratante, sobre: [...]

b) **alterações necessárias ao projeto e suas consequências no custo** previsto; [...]

IV - atestar a conclusão das etapas ajustadas;

V - verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados; [...]

VII - receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

28. Por fim, assiste razão à equipe de auditoria de não se chamar em audiência o ordenador de despesa para prestar esclarecimentos sobre o pagamento dos serviços. É fato que estes foram precedidos de medição para fins de faturamento e de atesto de execução, documentos subscritos pelos Engenheiros Civis, arrolados na Decisão nº 6.327/16-CPM.

29. Sopesando esta particularidade, prescindível a audiência de integrantes do setor financeiro da Novacap, pois equivaleria a exigir destes a revisão de aspectos técnicos atestados pelas áreas competentes, única forma de identificar os itens de serviço que destoavam dos termos contratuais.

Em face do exposto, VOTO, em concordância parcial com o Corpo Técnico, no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelos Sr. Lúcio Oton de Lima (fls. 634/648 e anexo III), considerando-as, no mérito, improcedentes;

II. considere, com fulcro no art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 1/94, revéis os Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santanna, Mário César Faustino Honório, Paulo Zanolini Facchini e José Evandro Batista da Silva, por não terem atendido o chamado desta Corte (Decisão nº 6.327/16);

III. deixe para aplicar sanção pecuniária aos responsáveis nominados nos incisos I e II após o deslinde das tomadas de contas especiais objeto dos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e, em face da correlação dos fatos apurados e da conduta realizada (atesto de serviços);

IV. dê ciência da decisão que vier a ser proferida aos responsáveis suso nominados;

V. autorize:

a) a juntada de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida aos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Fls.:

Proc.: 3.652/06

Rubrica

b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada

DIGITALIZADO